Meia Volta, Volver!

(publicado em *O Estado de São Paulo*, 11 de agosto de 2023)

O Ministério da Educação acaba de divulgar os resultados da consulta pública sobre a reforma do ensino médio, e a proposta principal é voltar à década de 60, em que os poucos que chegavam a este nível optavam pelo curso científico, para fazer depois engenharia ou medicina, ou clássico, para os que queriam fazer direito ou literatura. Agora se fala em percursos de "linguagens, matemática e ciências da natureza" e "linguagens, matemáticas e ciências humanas e sociais", o que é mais um menos a mesma coisa, fora a matemática. Além destes se admite agora um terceiro percurso, "formação técnica e profissional".

A ideia central da reforma era que hoje, com a universalização do acesso, o ensino médio não poderia continuar sendo somente um filtro para os poucos que fossem para as universidades, mas um sistema amplo e diferenciado para jovens que poderiam seguir diferentes trilhas de formação. O dilema era entre oferecer quase o mesmo para todos, como no currículo tradicional, eliminando os que ficassem para trás, ou oferecer alternativas que que dessem a todos oportunidades de estudar e se desenvolver, ainda que por caminhos distintos. Por trás deste dilema havia, e ainda há, a realidade de que a maioria dos estudantes brasileiros chega ao ensino médio com formação precária, mais velhos e precisando trabalhar. Submeter todos ao mesmo regime e a um exame nacional comum, como o ENEM, significa reforçar a discriminação em nome da igualdade.

A reforma de 2017 procurou avançar, mas com muitos defeitos e resistências. Na proposta inicial, em vez de quatro diárias horas de aula, haveria pelo menos cinco, perfazendo três mil horas de curso em três anos. No lugar de um currículo único recheado de matérias fragmentadas, 800 horas seriam dedicas o desenvolvimento de competências gerais, sobretudo de linguagens e matemática, dadas de forma

integrada, e as demais ao aprofundamento dos conteúdos em diferentes trajetórias. Quando a lei foi aprovada, esta parte comum passou a ser de 1800 horas, e agora pretende-se que passe para 2.100 ou 2.400 horas, ficando somente 600 a 900 horas para os percursos diferenciados, invertendo a ideia inicial. Seriam mais horas, naturalmente, nas escolas de tempo integral, em que o tempo se dividiria meio a meio entre a formação geral e os percursos.

Um dos erros da lei da reforma de 2017 foi que ela destinava recursos para o ensino de tempo integral, mas ignorava totalmente a questão do ensino noturno. Agora, o tempo integral continua sendo apresentado como a grande panaceia para a educação brasileira. Os dados do Censo Escolar de 2020 mostram que naquele ano havia 9.5 milhões de estudantes no ensino médio, dos quais 2.7 milhões em cursos noturnos. Existem duas razões para tantos alunos estudando à noite. A primeira é que muitas vezes não existem escolas separadas para o ensino médio, os cursos são dados à noite nas instalações do ensino fundamental. A segunda é que muitos estudantes são mais velhos, precisam trabalhar, e não podem passar o dia na escola. Quatro horas de aula por dia, em cursos noturnos, é insuficiente, mas 8 horas diárias, em que o estudante chega cedo e volta para casa no fim do dia de barriga cheia e banho tomado, pode ser o ideal para crianças em determinadas áreas, mas não necessariamente para jovens adultos. Para o ensino médio regular, regimes de 5 ou 6 horas diárias, se bem empregadas, são mais do que suficientes. E o ensino técnico deve ser dado, de preferência, no regime de aprendizagem, em que o trabalho, a renda e a qualificação profissional andem juntos. O tempo integral não é o caminho para o ensino técnico, como se pode ver nos poucos estudantes que conseguem ser admitidos nos Institutos federais e aproveitam para se preparar para tirar boas notas no ENEM.

O outro erro da reforma de 2017 foi a grande confusão criada pela adoção de uma classificação esdrúxula das áreas de conhecimento que ignorava a prática quase universal de distinguir quatro grandes áreas de formação – ciências físicas e engenharia (STEM), ciências biológicas e de saúde, ciências e profissões sociais, e letras, artes e humanidades. Uma maneira simples de implementar o novo currículo seria oferecer em todas as escolas estas quatro áreas, permitindo que os alunos escolhessem uma como “major” e seguissem as demais de forma complementar. Mas a proposta que vem da consulta, e que o MEC está endossando, é ampliar ainda mais a parte de formação comum, com um pot-pourri de matérias tradicionais como geografia, química e filosofia, mas excluindo temas essenciais como estatística,

economia e direito, e voltar à divisão arcaica entre “ciências” e “humanidades” dos anos 60.

Finalmente, o ENEM. Em última análise, o que determina o que as escolas vão ensinar e os alunos estudar é o que é exigido na avaliação. Sistemas diferenciados requerem múltiplas provas e certificações que os alunos podem escolher. Manter um exame final único, como o ENEM, é garantir que todos os esforços de oferecer alternativas cairão no vazio.

Share on Facebook Follow us Save

Author: Simon Schwartzman
Simon Schwartzman é sociólogo, falso mineiro e brasileiro. Vive no Rio de Janeiro
View all posts by Simon Schwartzman

Simon Schwartzman / agosto 11, 2023 / Educaçao Profissional, Educação média /

2 thoughts on “Meia Volta, Volver!”

Paulo Rodrigues

agosto 12, 2023 às 6:45 pm

Simon, eu fiz curso técnico de química, com equivalência ao científico, no Colégio Volta Redonda, no final dos anos 60. Nessa escola havia vários cursos técnicos – eletrônica, enfermagem, contabilidade, propaganda, computação, etc – frequentados no turno da noite, por pessoas, adultas (>30 anos) que já exerciam funções nessas áreas e precisavam de um diploma para serem promovidos nas empresas em que trabalhavam, e por jovens que pretendiam se qualificar para entrar no mercado de trabalho. Na sua maioria, essas pessoas provinham de extratos sociais com baixa renda e trabalhavam de dia e estudavam a noite. (anos 1960 a 1990)

Juan Jose Verdesio Bentancurt

agosto 12, 2023 às 9:39 am

Totalmente de acordo com as suas considerações sobre reformas que cairão no vazio da realidade. Ao meu ver o problema importantíssimo de como atrair o público mais idoso trabalhador é deixar que trabalhem. Com bolsa e até se pensar em hospedagens coletivas como é ao nível universitário na Europa. É viável? Aqui é que está a minha dúvida. O outro é o "terror matemático" que nos impões a mã formação dos professores e da didática desta disciplina. Fui professor na UnB na Agronomia. A maioria dos alunos não queriam nem se encantavam com nada que tivesse algum número nas disciplinas que lecionei. E só pensavam no concurso público para sentar e não fazer mais nada na vida. Terror numérico que tinha da mais terna infância

Simon's Site / Proudly powered by WordPress

WP Twitter Auto Publish Powered By : XYZScripts.com

Wordpress Social Share Plugin powered by Ultimatelysocial